



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Termoverde Salvador S.A.
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termoverde Salvador S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia para fins do seu processo de geração de energia, depende exclusivamente do fornecimento do biogás, o qual é realizado pela parte relacionada Battre – Bahia Tratamento e Transferência de Resíduos Ltda. (“Battre”), conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is written over the printed name of Wallace Weberling Pereira.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Demonstrações Financeiras

Termoverde Salvador S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

Termoverde Salvador S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa.....	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

Termoverde Salvador S.A.

Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	2022	2021		Notas Explicativas	2022	2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.648	2.105	Fornecedores	12	2.176	4.573
Contas a receber de clientes	7	3.179	2.947	Empréstimos e financiamentos	14	6.110	6.002
Estoques	8	4.023	2.683	Salários, benefícios e encargos sociais	15	486	888
Impostos a recuperar	9	639	4.433	Impostos, taxas e contribuições	16	334	388
Outras contas a receber		77	38	Imposto de renda e contribuição social	17	115	421
Total do ativo circulante		10.566	12.206	Dividendos a pagar	10	2.803	1.519
				Outras contas a pagar		1	-
				Total do passivo circulante		12.025	13.791
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Empréstimos e financiamentos			
Impostos a recuperar	9	2.030	-	Provisões	18	7.709	13.186
Mútuos a receber de partes relacionadas	13	-	4.679	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	29	26
Ativo fiscal diferido	17	25	170	Total do passivo não circulante		2.600	2.600
Outras contas a receber		-	11			10.338	15.812
		2.055	4.860	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19	5.023	5.023
Imobilizado	11	42.040	46.654	Reservas de lucros		16.406	18.734
Intangível		-	1	Reservas de subvenção para investimentos		10.869	10.360
		42.040	46.655	Ajustes de avaliação patrimonial		-	1
Total do ativo não circulante		44.095	51.515	Total do patrimônio líquido		32.298	34.118
TOTAL DO ATIVO		54.661	63.721	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.661	63.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Salvador S.A.

Demonstração do Resultado

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	2022	2021
Receita operacional líquida	20	32.838	30.843
Custo dos serviços prestados	21	(27.288)	(25.642)
Lucro bruto		5.550	5.201
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	22	(58)	(128)
Despesas administrativas	23	(384)	(299)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(302)	2.281
Receitas e despesas operacionais líquidas		(744)	1.854
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		4.806	7.055
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	25	1.405	1.405
Despesas financeiras	25	(2.590)	(1.478)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1.185)	(73)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.621	6.982
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17	(601)	(2.177)
Diferido	17	(124)	(8)
Incentivo lucro da exploração	17	509	1.278
Lucro líquido do exercício		3.405	6.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Salvador S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.405	6.075
Remensuração do passivo de benefício definido	(1)	1
Total do resultado abrangente da Companhia	3.404	6.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Salvador S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de legal	Reserva de lucros Reserva de retenção de lucros	Reserva de subvenção de investimento	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.023	1.005	14.451	9.082	-	-	29.561
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.075	-	6.075
Reserva de lucros	-	-	3.278	-	(3.278)	-	-
Reserva de subvenção para investidores	-	-	-	1.278	(1.278)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.519)	-	(1.519)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	1	1
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.023	1.005	17.729	10.360	-	1	34.118
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.405	-	3.405
Transferência para reserva de lucros	-	-	2.172	-	(2.172)	-	-
Reserva de subvenção para investidores	-	-	-	509	(509)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(4.500)	-	(724)	-	(5.224)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(1)	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.023	1.005	15.401	10.869	-	-	32.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Salvador S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.405	6.075
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações, amortizações e exaustões	5.838	3.786
Baixa de imobilizado e intangível	21	55
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	2.465	1.437
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(246)	(190)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	13	-
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(4)	-
Provisão para demandas judiciais	-	(43)
Provisão de imposto de renda e contribuição social	92	907
Imposto de renda e contribuição social diferido	124	-
Aumento / Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(146)	(169)
Partes relacionadas	(82)	9
Impostos a recuperar	1.794	(3.563)
Estoques	(1.340)	(755)
Outras contas a receber	(29)	1.279
Depósitos judiciais	-	9
Aumento / Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.536)	672
Partes relacionadas	(861)	1.382
Salários benefícios e encargos sociais	(399)	149
Impostos taxas e contribuições	(54)	(1.024)
Outras contas a pagar	1	(193)
Caixa proveniente das operações	9.056	9.823
Pagamento de impostos sobre o lucro	(407)	(344)
Mútuos passivos - juros pagos	(13)	-
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(2.473)	(1.296)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.163	8.183
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Mútuos ativos – concedidos	(993)	(4.679)
Mútuos ativos - recebimento principal	1.978	-
Aquisição de ativo imobilizado	(1.244)	(23.816)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(259)	(28.495)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos passivos – captação	(356)	-
Mútuos passivos – pagamento de principal	356	(97)
Empréstimos e financiamentos – captação	500	21.000
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	(5.861)	(1.953)
Dividendos pagos	-	(1.089)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(5.361)	17.861
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	543	(2.451)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.105	4.556
No final do exercício	2.648	2.105
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	543	(2.451)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Termoverde Salvador S.A. (“Companhia”) foi constituída em 05 de maio de 2008. A sede da Companhia está localizada na Rodovia BA 526 s/nº KM 6,5, Bairro São Cristóvão, município de Salvador – BA. A Companhia é controlada em primeira instância pela Revita Engenharia S.A., e controlada em última instância da Solvi Participações S.A..

A Companhia tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica, através da operação, manutenção e exploração de usina termelétrica, com o processamento do biogás de aterro como combustível.

Implantada em uma área de 7mil m2 dentro do Aterro Sanitário Metropolitano – ASMC, localizado no Município de Salvador, a termelétrica tem potência instalada de 19,73 MW/Garantia Física de 13,4 MW e capacidade de produzir 150 mil MWh ao ano, equivalente a energia suficiente para atender a 50 mil residências (200 mil pessoas).

A Companhia obteve as autorizações de início de operação comercial ao final de 2010 dos seguintes órgãos responsáveis:

- Agência Nacional de Energia (“ANEEL”)

A ANEEL concedeu autorização para o início da operação comercial por meio do processo nº 48500.001579/2009-60 e autorizada de acordo com a Resolução autorizativa nº 1.797 de 03 de fevereiro de 2009, com validade de 30 anos, a partir dessa data;

- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

O ONS deliberou sobre a autorização de início de operação comercial, baseado na declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede, conforme carta ONS – 1145/100/2010;

- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA);

Por meio da carta CCO/352, a COELBA autorizou a conexão da unidade geradora de energia Termoverde Salvador S.A. ao seu sistema elétrico, permitindo o início da operação comercial.

A usina entrou em funcionamento no início de janeiro de 2011, transformando em energia limpa o biogás gerado pela decomposição de aproximadamente 3 mil toneladas/dia de resíduo urbano depositado no ASMC e com sua licença operacional renovada até 2024. A energia produzida abastece grandes e médias empresas, constituindo-se a termelétrica no primeiro empreendimento do Nordeste e o terceiro do Brasil a utilizar esse tipo de combustível na geração de energia elétrica em escala comercial.

A venda da energia elétrica é realizada no mercado livre de energia, operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Os principais contratos de compra e venda de energia elétrica são mantidos com os clientes da Sol Energias, B2R e FOCUS.

A Companhia continuará implementando novas ações de performance e estratégias de produção, que preveem um aumento de geração e comercialização de energia, e com isso a Companhia estima o crescimento em seu faturamento anual.

Atualmente, a aquisição do biogás é realizada da parte relacionada Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. (“Battre”), que possui a concessão do ASMC, com dependência exclusiva deste insumo.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa operação é efetuada de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essa parte relacionada. A Battre, em 26/10/2020, assinou o 18º Aditivo de Concessão, com prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de 26/10/2020. No entanto, como parte do plano para sua continuidade operacional, a Battre e a Prefeitura de Salvador – BA permanecem em processo de discussão sobre a renovação do referido contrato, o qual conforme previsão permite a renovação em sucessivos períodos, limitados ao prazo máximo de até 20 (vinte) e de sua consequente renovação e, em assim sendo, a área geradora do biogás, e consequentemente a continuidade do fornecimento de biogás nas condições comerciais atuais à Companhia, depende do sucesso das condições na renovação do contrato de concessão da Battre. O contrato entre a Companhia e a Battre está vigente pelo mesmo período em que a Battre renovar seu contrato de concessão com a Prefeitura de Salvador, podendo ser renovado à medida que a Battre avance no processo renovação. Atualmente, o processo segue em tratativas visando a renovação contratual por ambas as partes.

1.1 Efeitos do COVID-19

Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

Em 2021, devido à Pandemia de COVID-19, houve impacto significativo no preço do mercado spot de energia em decorrência da queda de demanda, porém, não afetando os contratos em curso. Apesar da deterioração do preço de energia no mercado spot, os novos contratos firmados não foram impactados, seguindo estes as referências mercadológicas de Preço Líquido da Diferença, adicionado o “SPREAD”, decorrente do incentivo de geração por fonte renovável no submercado nordeste.

Neste contexto, a Companhia monitora a tendência de mercado para avaliar as condições existentes e adotar a melhor estratégia de renovação dos contratos que tem vigência, a partir de janeiro de 2023, bem como a manutenção do volume total de garantia física a comercializar.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

2.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.5 Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida quando a Companhia transferem o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia conclui que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente.

A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

- 1- identificação dos contratos com o cliente;
- 2- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
- 3- determinação do preço da transação;
- 4- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- 5- reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

2.6 Venda de energia elétrica

As receitas com a venda de energia elétrica renovável são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários.

As obrigações de desempenho são cumpridas no momento em que os direitos sobre a energia são transferidos para o cliente, sendo assim a receita é reconhecida pela Companhia, caracterizado pela transferência do direito à energia para o cliente.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

2.8 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

2.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

Assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

2.10 Tributos e encargos sociais a recolher

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores apurados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais o ativo será utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incentivo sobre o lucro da exploração

O incentivo fiscal tem como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

2.11 Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) - custo dos materiais diretos e mão de obra.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13 Imobilizado

Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.15 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Companhia e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("Teste SPPJ"). A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPPJ, os ativos financeiros são mensurados: ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar os pagamentos de principal e de juros (“Teste SPPJ”)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor ‘principal’ em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a CA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda O não reconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. O não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não operara com instrumentos financeiros derivativos ou realiza designações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

f) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.16 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia esta expostas ao risco de crédito.

2.17 Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados na menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.18 Subvenções governamentais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o impostototal no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

2.19 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia as Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 9.

2.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e deve ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades deve aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações deve ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também deve ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afeitas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 11 – Imobilizado e intangível - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nota explicativa nº 7 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber.
- Notas explicativas nº 11 – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio.

4 Instrumentos financeiros

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimento ou outros fins.

4.2 Gerenciamento de risco financeiro

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Companhia.

As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Companhia tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que deve ser aprovadas e acompanhadas pela Diretoria

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos.

4.3 Risco de mercado

a. Risco de câmbio

Algumas operações efetuadas pela Companhia são realizadas através de contrato de O&M com Companhia de origem Italiana, onde o preço é ajustado em relação ao EURO, levando em consideração a sua variação.

b. Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 2022	2022				
			Cenário				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.648	9,25%	2.648	61	122	(61)	(122)
Empréstimos e financiamentos	13.819	13,65%	13.819	472	943	(472)	(943)
Efeito no resultado			16.467	533	1.066	(533)	(1.066)

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 2021	2021				
			Cenário				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.105	9,25%	2.105	49	97	(49)	(97)
Empréstimos e financiamentos	19.188	13,79%	19.188	662	1.323	(662)	(1.323)
Efeito no resultado			21.293	710	1.420	(710)	(1.420)

c. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, e financiamentos são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 13,65%, tendo como base os montantes registrados no final do exercício, conforme abaixo.

Exposição patrimonial	2022		
	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada Em 2022	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	2.648	CDI	361
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	(13.819)		(1.886)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(11.171)		
Efeito no resultado			(1.525)

Exposição patrimonial	2021		
	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 2021	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	2.105		187
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	(19.188)		(1.698)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(17.083)		
Efeito no resultado			(1.512)

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir uma dívida.

d. Risco de preços

Os valores da comercialização de energia elétrica são reajustados anualmente através de indicadores financeiros para os preços dos contratos de energia previamente firmados.

e. Risco de realização de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	6.	2.648	2.105
Contas a receber de clientes	7	3.179	2.947
Mútuos a receber partes relacionadas	13	-	4.679
Outras contas a receber		77	49
		5.904	9.780

Em 31 de dezembro de 2022	2022								Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	
Caixa e equivalentes de caixa	2.648	-	-	-	-	-	-	-	2.648
Contas a receber de clientes	1.903	35	79	-	-	1.162	-	-	3.179
Outras contas a receber	77	-	-	-	-	-	-	-	77
	4.628	35	79	-	-	1.162	-	-	5.904

Em 31 de dezembro de 2021	2021								Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	
Caixa e equivalentes de caixa	2.105	-	-	-	-	-	-	-	2.105
Contas a receber de clientes	2.802	1	148	-	-	-	-	(4)	2.947
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	4.679	-	4.679
Outras contas a receber	38	-	-	-	-	-	11	-	49
	4.945	1	148	-	-	-	4.690	(4)	9.780

f. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2022	2022				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	6.110	7.709	-	13.819	13.819
Fornecedores e outras contas a pagar	2.176	-	-	2.176	2.776
Dividendos a pagar	2.803	-	-	2.803	2.803
	11.089	7.709	-	18.798	18.798

a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Em 31 de dezembro de 2021	2021				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	6.584	6.255	7.511	20.350	19.188
Fornecedores e outras contas a pagar	4.573	-	-	4.573	4.573
Dividendos a pagar	1.519	-	-	1.519	1.519
	12.676	6.255	7.511	26.442	25.280

a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Total do passivo circulante e não circulante	22.363	29.603
(-) Caixa e caixa equivalente	(2.648)	(2.105)
(=) Dívida líquida	19.715	27.498
Patrimônio líquido	32.298	34.118
Quociente de alavancagem	0,61	0,81

h. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

			2022		2021	
	Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	2.648	2.648	2.105	2.105
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	3.179	3.179	2.947	2.947
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	77	77	49	49
Mútuo a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	-	-	4.679	4.679
Total			5.904	5.904	9.780	9.780
Passivos financeiros:						
Dividendos a pagar	Nível 2	Custo amortizado	2.803	2.803	1.519	1.519
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	2.176	2.176	4.573	4.573
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	13.819	13.819	19.188	19.188
Total			18.798	18.798	25.280	25.280

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então A Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações deve ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis.
- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes.
- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa.

5 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão para riscos de perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	2022	2021
Caixa e bancos	69	57
Certificado de depósito bancário (CDB)	2.579	2.048
	2.648	2.105

O saldo de aplicações financeiras relativas a Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez imediata teve sua remuneração atrelada à variação do CDI de 99,5% em 2022 (99,5% em 2021), que não excederam seus respectivos valores de mercado e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

7 Contas a receber de clientes

São compostas como segue:

	Nota explicativa	2022	2021
Cientes privados:			
Valores faturados		33	150
Energia a faturar (*)		3.064	2.801
		3.097	2.951
Perdas de crédito esperada		-	(4)
Partes relacionadas	12	82	-
Total		3.179	2.947

(*) O valor trata-se de energia gerada e ainda não faturada ao cliente sendo que o faturamento ocorre no início do mês subsequente.

O aging list das contas a receber é composto como segue:

	2022	2021
Valores a vencer	1.903	2.802
Vencidos:		
Até 30 dias	35	1
Entre 31 e 60 dias	79	148
Entre 181 e 360 dias	1.162	-
PECLD	-	(4)
	3.179	2.947

A avaliação da perda de crédito esperada foi constituída com base em análises de riscos de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para descobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

	2022	2021
Saldo inicial	(4)	-
Reversão do exercício	4	-
Provisão do exercício	-	(4)
Saldo final	-	(4)

8 Estoques

São compostas como segue:

	2022	2021
Materiais de consumo	4.023	2.683
	4.023	2.683

O estoque é composto por materiais de consumo no montante de R\$ 4.023 (R\$ 2.683 em 2021), esse estoque é necessário para a prestação de serviços da Companhia.

9 Impostos a recuperar

O saldo é como segue:

	2022	2021
Pis e Cofins	1.925	3.878
IRPJ	432	394
CSLL	268	117
ICMS	44	44
	2.669	4.433
Circulante	639	4.433
Não circulante	2.030	-
	2.669	4.433

10 Dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a pagar são compostos como segue:

Dividendos a pagar	2022	2021
Acionistas:		
Revita Engenharia S.A.	2.803	1.519
	2.803	1.519

11 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

		2022		2021	
	Taxa média anual %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em bens de terceiros	4%	1.826	(858)	968	1.041
Máquinas e equipamentos	12,5%	70.636	(29.570)	41.066	41.589
Móveis e utensílios	10%	46	(42)	4	5
Equipamentos de informática	20%	37	(35)	2	5
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	4.014
		72.545	(30.505)	42.040	46.654

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado de 2022 e 2021 é composta como segue:

Custo	Saldo em 2021	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 2022
Benfeitorias em bens de terceiros	1.826	-	-	-	1.826
Máquinas e equipamentos	66.901	1.244	(1.523)	4.014	70.636
Móveis e utensílios	46	-	-	-	46
Equipamentos de informática	37	-	-	-	37
Imobilizado em andamento	4.014	-	-	(4.014)	-
	72.824	1.244	(1.523)	-	72.545

Depreciação	Saldo em 2021	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 2022
Benfeitorias em bens de terceiros	(785)	(73)	-	-	(858)
Máquinas e equipamentos	(25.312)	(5.760)	1.502	-	(29.570)
Móveis e utensílios	(41)	(1)	-	-	(42)
Equipamentos de informática	(32)	(3)	-	-	(35)
	(26.170)	(5.837)	1.502	-	(30.505)
Total	46.654	(4.593)	(21)	-	42.040

A movimentação do imobilizado de 2021

Custo	Saldo em 2020	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 2021
Benfeitorias em bens de terceiros	1.826	-	-	-	1.826
Máquinas e equipamentos	49.110	19.802	(2.011)	-	66.901
Móveis e utensílios	46	-	-	-	46
Equipamentos de informática	37	-	-	-	37
Imobilizado em andamento	-	4.014	-	-	4.014
	51.019	23.816	(2.011)	-	72.824

Depreciação	Saldo em 2020	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 2021
Benfeitorias em bens de terceiros	(712)	(73)	-	-	(785)
Máquinas e equipamentos	(23.561)	(3.707)	1.956	-	(25.312)
Móveis e utensílios	(39)	(2)	-	-	(41)
Equipamentos de informática	(29)	(3)	-	-	(32)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
	(24.341)	(3.785)	1.956	-	(26.170)
Total	26.678	20.031	(55)	-	46.654

Teste de redução ao valor recuperável (Teste de Impairment)

Em 2022 e 2021, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

12 Fornecedores e contas a pagar

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Fornecedores	1.065	2.601
Partes relacionadas – nota 12	1.111	1.972
	2.176	4.573

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar, e as respectivas naturezas das transações e entidades incluídas nas demonstrações financeiras individuais são demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Partes relacionadas:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	10	-	(287)
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.	79	-	995	1.846	363	(2.799)
Guamá	2	-	-	-	212	-
Essencis BA	1	-	-	-	1	-
	82	-	995	1.856	576	(3.086)
Juros sobre capital próprio - JCP:						
Revita Engenharia S.A.	-	-	116	116	-	-
	-	-	116	116	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:						
Revita Engenharia S. A	-	-	2.600	2.600	-	-
	-	-	2.600	2.600	-	-
Total	82	-	3.711	4.573	-	(3.086)
Circulante	82	-	1.111	1.972		
Não circulante	-	-	2.600	2.600		
Total	82	-	3.711	4.572		
Mútuos (não circulante):	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Revita Engenharia S.A.	-	4.679	-	-	246	190
Termoverde Caieiras Ltda	-	-	-	-	-	(5)
Total	-	4.679	-	-	246	185
Não circulante	-	4.679	-	-		
Total	-	4.679	-	-		

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

As contas a pagar de partes relacionadas registradas no passivo circulante referem-se, substancialmente, à serviços tomados operacional e serviços compartilhados, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Movimentação de mútuos ativo e passivo:

As movimentações do mútuo a receber estão apresentadas a seguir:

<i>Movimentação de mútuos ativo:</i>	2022	2021
Saldo inicial	4.679	5
Aplicação	993	4.473
Juros	221	184
Recebimento do principal	(1.978)	-
Encargos	25	17
Movimentos relacionados ao capital	(3.940)	-
Saldo final	-	4.679

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações do mútuo a pagar estão apresentadas a seguir:

<i>Movimentação de mútuos passivo</i>	2022	2021
Saldo inicial	-	97
Captação	356	-
Juros	13	-
Pagamento de juros	(13)	-
Pagamento do principal	(356)	(97)
Saldo final	-	-

14 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2022	2021
BDS	CDI 3,85% a.a.	Março/25	13.315	19.188
Crédito direto ao consumidor	CDI ACT360 4,34% a.a.	Novembro/25	504	-
			13.819	19.188
Circulante			6.110	6.002
Não circulante			7.709	13.186
			13.819	19.188

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2022	2021
2023	-	5.860
2024	6.060	5.860
2025	1.649	1.466
	7.709	13.186

A movimentação de empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Saldo em 2021	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 2022
BDS	19.188	-	2.454	(2.466)	(5.861)	13.315
Crédito direto ao consumidor	-	500	11	(7)	-	504
	19.188	500	2.465	(2.473)	(5.861)	13.819

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 2021
BNDES, CEF, BNB	-	21.000	1.437	(1.296)	(1.953)	19.188
	-	21.000	1.437	(1.296)	(1.953)	19.188

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

Os contratos firmados com o BNDES contêm garantias e cláusulas restritivas de vencimento antecipado, que estabelecem que determinados eventos deverão ser comunicados antecipadamente ou anuídos pela instituição financeira, sendo os mais relevantes: reorganização societária envolvendo a Companhia devedora, inadimplementos e venda ou transferência de propriedade de ativos. O contrato de financiamento, firmado em 02 de março de 2021 tem como intervenientes Solvi Essencis Ambiental S.A. e a Solvi Participações S.A.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Salários, benefícios e encargos sociais

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Encargos trabalhistas	73	93
Férias	329	319
Participação nos resultados	53	416
Outros	31	60
	486	888

16 Impostos, taxas e contribuições

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
PIS	11	49
Cofins	194	227
ICMS	74	53
IRRF	33	42
INSS Retido	16	5
PIS/COFINS/CSLL	-	8
Outros	6	4
	334	388

17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, como segue:

	2022	2021
Diferenças temporárias:		
Provisões contingências	(7)	26
Provisão de participações no resultado	79	470
Benefícios pós emprego	2	3
Total	74	499
Alíquotas - 34%	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	25	170
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	25	170

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	2022	2021
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	3.621	6.982
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(1.231)	(2.374)
Incentivos – lucro da exploração	541	1.278
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Bônus/doações/patrocínios	(11)	(31)
Atualização monetária	75	86
Baixas de Créditos por Prescrição	-	(4)
Outras diferenças permanentes	409	138
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(217)	(907)
Corrente	(601)	(2.177)
Diferido	(124)	(8)
Incentivos fiscais	509	1.278
Alíquota efetiva	5,97%	12,99%

18 Provisões

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	26	26
Provisão para obrigações contratuais futuras	3	-
	29	26

a. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é citada em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável.

Os saldos finais e as respectivas movimentações das provisões por natureza dos processos com risco de perda provável estão demonstrados a seguir:

	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2020	60	60
Compensação de depósitos judiciais - 2020	9	9
Adições	26	26
Reversões	(69)	(69)
Saldo em 31/12/2021	26	26
Adições/reversões	-	-
Saldo em 31/12/2022	26	26

Em 31 de dezembro de 2022, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$2.132 (R\$ 2.763 em 31 de dezembro de 2021).

Os principais processos com estimativa de perdas possível estão descritos abaixo:

Empresa	Número do Processo	Área Envolvida	Tipo de Objeto	Valor
Termoverde Salvador S/A	Processo Administrativo N° 59541/2019	Tributário	Processo administrativo que se discute a incidência de IPTU sobre imóvel cedido pelo município de Salvador em comodato à Battre, que o cedeu, mediante autorização, à Termoverde Salvador, a partir do exercício de 2015.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 2.000.

19 Patrimônio líquido

Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 está representado por 5.023.188 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo um total de R\$5.023 registrados na rubrica "Capital social".

Reserva de subvenção para investimento

Foi constituída com base no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR e refere-se ao valor do imposto que deixou de ser pago em virtude de incentivos fiscais com base no lucro da exploração.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Antes da realização da constituição da reserva legal, ela é ajustada observando o incentivo de exploração.

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Dividendos

O lucro líquido do exercício terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, observando-se as disposições legais na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de julho de 2022, foi deliberado a distribuição de dividendos no valor de R\$4.500.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.405	6.075
(-) Reserva de subvenções	(509)	-
(=) Base para distribuição de dividendos	2.896	6.075
Dividendos distribuição - 25%	724	1.519
Dividendos adicionais propostos	4.500	-

20 Receita operacional líquida

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Venda de energia elétrica - Clientes privados	36.040	33.795
Total receita	36.040	33.795
Receita venda de sucata	152	120
Total receita bruta	36.192	33.915
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
PIS	(599)	(560)
COFINS	(2.755)	(2.512)
Total de deduções sobre vendas	(3.354)	(3.072)
Receita líquida	32.838	30.843

21 Custos dos serviços prestados

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Salários e encargos	(3.443)	(3.682)
Aluguel	(467)	(286)
Depreciações	(5.836)	(3.783)
Materiais aplicados na produção	(5.341)	(7.592)
Custo com biogás	(5.861)	(2.799)
Serviços de terceiros (b)	(6.524)	(9.188)
Créditos fiscais (a)	1.434	3.610
Energia elétrica	(633)	(353)
Outros custos de produção	(617)	(1.569)
	(27.288)	(25.642)

(a) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS.

(b) Refere-se substancialmente a vigilância, água e esgoto, energia elétrica e provisões para fechamento e pós fechamento de aterro.

22 Despesas comerciais

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
(Provisão)/reversão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	4	-
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	(1)
Patrocínios, brindes e doações	-	(53)

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Propaganda e publicidade	(30)	(66)
Outros	(32)	(8)
	(58)	(128)

23 Despesas administrativas

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Depreciação	(2)	(2)
Materiais	(1)	(1)
Serviços de Terceiros (a)	(35)	(6)
Tributos, Seguros e Contribuições	(10)	(3)
Viagens e Estadias	(38)	-
Reembolso de despesas serv. Compartilhados	(298)	(287)
	(384)	(299)

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros, são referentes a reembolso de despesas de gestão e assistência técnica financeira e planejamento.

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Outras receitas (despesas) eventuais	(195)	2.483
Resultado venda de imobilizado	9	(55)
Despesas e provisões contingenciais	-	40
Patrocínio e doações	(32)	(57)
Pis e Cofins sobre outras receitas (a)	(84)	(130)
Total	(302)	2.281

(a)

25 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Receitas juros sobre contratos	271	190
Rendimentos sobre aplicações financeiras	141	347
Variação monetária	-	1
Juros recebidos e descontos obtidos	771	867
Outras receitas financeiras	222	-
Total receitas financeiras	1.405	1.405
Despesas bancárias	(35)	(669)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(13)	(5)
Despesas com multas e moras financeiras	(25)	(31)
Despesas com juros e descontos concedidos	(31)	(79)
Tributos sobre movimentações financeiras	(21)	(1)
Juros sobre empréstimos	(2.465)	(693)
Total despesas financeiras	(2.590)	(1.478)
Total	(1.185)	(73)

26 Cobertura de seguros

A administração da Companhia avalia que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

A cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

Conberturas	2022	2021
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
Responsabilidade ambiental	30.000	30.000
Total coberturas	40.000	40.000
Riscos: danos materiais/ Seguro Patrimônial	44.002	34.850
Riscos: Lucros cessantes	5.936	10.401
Total	89.938	85.251

Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Compromissos futuros

Em 01 de Janeiro de 2008, a Companhia firmou contrato com a Companhia Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. - Battre, no qual o objeto é a compra e venda de biogás gerado e captado no aterro sob concessão da própria Battre. Em 01 de Janeiro de 2011, iniciou a operação comercial de sua unidade industrial.

Ano	2022	2023	2024	2025
Biogás	16.240 Nm ³ /h	16.240 Nm ³ /h	16.240 Nm ³ /h	16.240 Nm ³ /h
CH4	6.496 Nm ³ /h	6.496 Nm ³ /h	6.496 Nm ³ /h	6.496 Nm ³ /h

Ano	2026	2027	2028	2029
Biogás	16.240 Nm ³ /h	16.240 Nm ³ /h	16.240 Nm ³ /h	16.240 Nm ³ /h
CH4	5.841 Nm ³ /h	5.841 Nm ³ /h	4.595 Nm ³ /h	4.595 Nm ³ /h